VISEU
(Santa Maria)

Santa Maria, ou Sé, foi uma freguesia do concelho de Viseu, no distrito com o mesmo nome. Após a reorganização administrativa de 2013, passou a designar-se União das Freguesias de Viseu, que agrega as localidades de Coração de Jesus, Santa Maria e São José. A sé dista cerca de 400 m da Câmara Municipal. Sair da Praça da República pelo largo Major Teles em direção à rua Nunes de Carvalho, passar o largo Pintor Gata e virar à direita para a rua Grão Vasco, virar à esquerda para a praça D. Duarte e depois à esquerda para rua do Adro. A catedral encontra-se à direita.

Viseu situa-se a 570 m de altitude e aí se localiza a sé, donde partiam as principais ruas da cidade. O enquadramento da catedral é urbano, implantada num vasto largo, no centro do qual se situa um cruzeiro em cantaria de granito. De um dos lados da sé localiza-se o edifício do antigo seminário, depois Paço dos Bispos, onde funciona atualmente o Museu Nacional Grão Vasco, e no lado oposto o Passeio ou Varanda dos Cónegos. Em frente destaca-se a igreja da Misericórdia.

A ocupação humana de Viseu remonta ao período pré-histórico, integrou a província da Lusitânia e tornou-se um importante eixo viário, durante a ocupação Romana, ligando o norte e o sul e o interior e o litoral. Uma escavação arqueológica recente comprova a existência de uma basílica sueva no Morro da Sé já assinalada no *Parrochiale Suevicum*, datado de 572-582 por Pierre David na sua edição e estudo deste documento. Desde então que o Morro da Sé se assumiu e manteve como centro cívico e religioso da cidade, mesmo durante a ocupação visigótica que se seguiu. Viseu gozou de grande importância após a Reconquista cristã, cerca de 870. Laura Marques, recentemente, notou que são poucos os dados disponíveis relativos ao domínio islâmico ou ao impacto que este teve no espaço urbano, já algo desenvolvido durante os reinos Suevo e Visigodo, certamente condicionando o livre desenvolvimento do urbanismo muçulmano.

Definitivamente conquistada em meados do século XI, a zona onde estava implantada a sé era fortificada. A administração da diocese de Viseu foi entregue aos bispos de Coimbra, ficando em Viseu um prior à testa do Cabido. Nas primeiras décadas do século XII, os Condes D. Henrique e D. Teresa fixaram a Corte em Viseu, devido à sua posição geopolítica, promovendo o efetivo desenvolvimento urbano da cidade. D. Afonso Henriques restitui a Viseu a dignidade episcopal, nomeando seu bispo D. Odório, em 1147. Desde então, os bispos e cabido viseenses estabeleceram os seus direitos e jurisdições sobre as igrejas da diocese, mostrando um forte empenho na definição e gestão da rede paroquial. Tais ações implicaram, naturalmente, conflitos com outras dioceses limítrofes, como Lamego, Coimbra ou Guarda, e com outras instituições religiosas, como as Ordens Religiosas e Militares. São bens conhecidos os conflitos com a Ordem do Templo, por exemplo.

Em 1123, D. Teresa concede uma primeira carta de foro aos *homines* de Viseu. Ainda no século XII recebe foral de D. Afonso Henriques, apenas conhecido pela confirmação de D. Sancho I, em 1187. A entrada fácil dos castelhanos na cidade, em 1383, demonstra que esta se encontrava quase sem defesa. Em 1411, o infante D. Henrique recebe o título de 1º Duque de Viseu. Viseu teve foral novo de D. Manuel em 1513.

Sé / Catedral de Santa Maria

A SÉ DE VISEU encontra-se documentada desde o século VI. Perdido o território após as investidas muçulmanas foi recuperado por Afonso III das Astúrias cerca de 870, para voltar a ser perdido e definitivamente reconquistado por Fernando Magno, em meados do século XI. Durante a ocupação muçulmana, os cristãos tiveram liberdade de culto nos seus templos. Na sequência da designada *Campanha das Beiras* (1055-1064), Viseu, a par com outras fortalezas da região, foi conquistada sob o comando do rei leonês Fernando Magno. Em 1110, D. Henrique e D. Teresa doam ao prior de Santa Cruz, São Teotónio, e a seus cónegos vários terrenos nas imediações da sé e a igreja de São Miguel. É precisamente de 1110 o primeiro documento em que a igreja de Santa Maria é designada *Sancte Marie Visensis*.

Devemos aos condes Portucalenses, D. Henrique e D. Teresa, um significativo impulso construtivo no perímetro do antigo alcácer muçulmano, edificando-se aí a nova sé da cidade, mas também um paço condal e um castelo.



Perspetiva geral da igreja. Alçado oeste

O paço, que se tornou real e episcopal, foi residência de D. Teresa e D. Henrique, mas também do prior São Teotónio.

A construção iniciada no tempo de D. Henrique (1110-1112) poderá ter sido erguida sobre um templo anterior. Como propõe Laura Marques, poderá tratar-se de um templo edificado por ordem de D. Fernando Magno e posteriormente reconstruído pelos Condes portucalenses. Conforme propôs Anísio Saraiva, é possível que a sagração do templo tenha ocorrido entre julho e agosto de 1109, quando se documenta a presença de dois oficiais condignos à celebração solene da sagração na cidade de Viseu, junto da corte condal, o bispo de Coimbra D. Gonçalo Pais e o arcebispo de Toledo D. Bernardo.

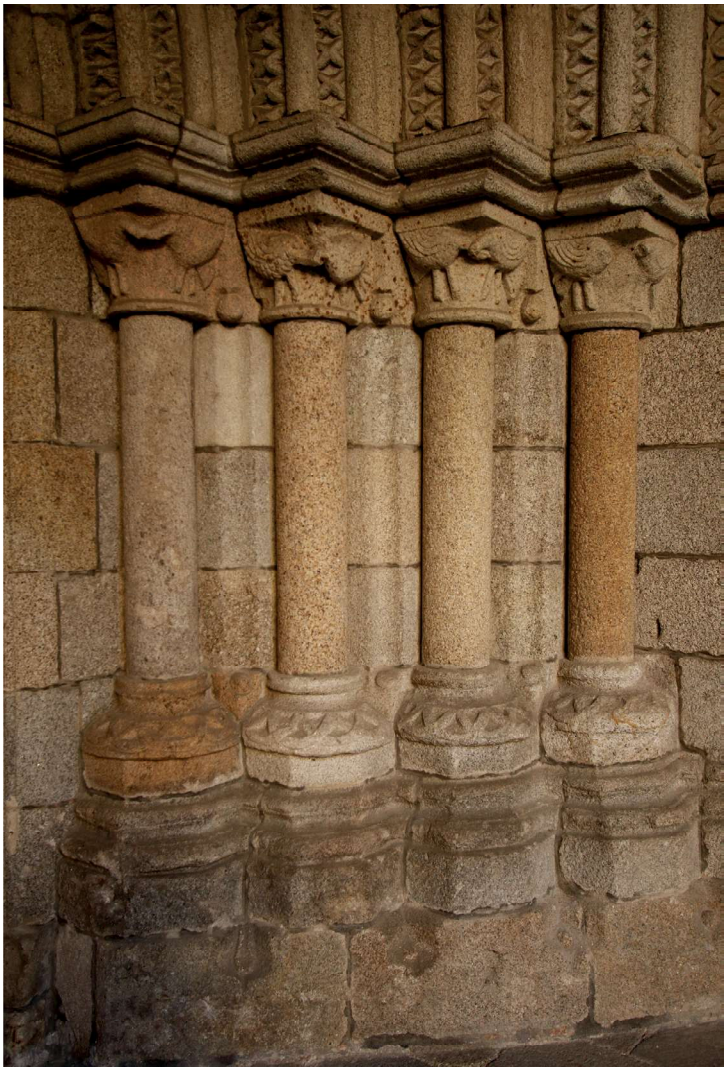
Em outubro de 1188, o tesoureiro D. Soeiro Mendes, redigiu um inventário do tesouro da Sé de forma a deixar registo do património da catedral e onde estão arroladas as duas arcas relicário descritas abaixo.

As origens do edifício atual remontam ao século XIII, ao episcopado de D. Egas Viegas (1289-1313). Data de 1296 a primeira prova documental da existência de um claustro dos bispos, incorporado na residência episcopal,



Interior. Claustro. Portal sul da catedral





Pormenores das colunas e capitéis do portal sul

situando-se aí o panteão funerário dos prelados de Viseu. A este espaço claustral opunha-se, no lado sul do templo, o claustro dos cónegos cujas primeiras referências escritas são ainda mais antigas, datando de 1275.

Nas Inquirições de 1258, Viseu era da Terra de Besteiros. A paróquia da Sé era muito extensa e abarcava vastas propriedades. As testemunhas inquiridas por ocasião das Inquirições de 1288-1290, declaram que na vila de Viseu havia um couto da Sé por padrões a que chamavam "couto velho". No Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do reino, a mesa episcopal do bispo de Viseu foi taxada em 7 000 libras e a do cabido em 5 800 libras.

Em 1331, um inventário ordenado pelo bispo D. Miguel Vivas, dá-nos conta do património da diocese de Viseu na primeira metade do século XIV. Esta preocupação com a inventariação do património está presente nas constituições sinodais desde o século XIII, cujo principal objetivo era impedir a alienação do património. O inventário de 1331 arrola bens de caráter religioso e de caráter secular, património sagrado e profano, que remete para a realidade do quotidiano e a materialização do poder do clero de Trezentos.

A inscrição comemorativa da construção da torre sul, ou Torre do Relógio, data de 25 de julho de 1382 e está gravada em lápide de granito embutida na fachada ocidental, onde se lê

> ESTA ⁝ OBRA ⁝ DEST / A ⁝ TORRE ⁝ FOI COM / ECADA ⁝ [...] / EIRA ⁝ DIA ⁝ DE ⁝ S / THIAGO ⁝ ERA ⁝ DE ⁝ MIL / CCCCXX ⁝ A QUAL ⁝ OBRA ⁝ / TE [...] ⁝ B(is)PO ⁝ / DOM ⁝ IOH(a)N ⁝ [...] / [...] / B [...] / A [...] / [...] / E [...] / O [...] DE / AQI ⁝ [...]

Segundo Mário Barroca, esta inscrição teria sido feita pelo mesmo artista que fez a inscrição da igreja de Escamarão (Cinfães), junto do Douro, e é um pouco mais tardia. Apesar do estado degradado da inscrição da catedral, o autor ensaia uma reconstituição parcial da mesma.

No século XVI, as intervenções artísticas de D. Diogo Ortiz de Vilhegas dotaram a catedral de uma nova disposição interior e exterior, ao gosto manuelino, de que se destacam as abóbadas e a fachada. Em fevereiro de 1635, um violento temporal provocou a derrocada da torre dos sinos que arrastou consigo esta fachada, e que era encimada por uma rosácea de tradição gótica.

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, no "alto do frontespicio" da sé existia um nicho com uma imagem de pedra de Nossa Senhora da Conceição, mais abaixo São Teotónio, padroeiro e prior da sé, e os quatro evangelistas. Tinha duas torres, a dos sinos e a do relógio. No interior tinha uma abóboda de pedra "lavrada" apoiada em 14 colunas que dividiam as três naves onde havia oito altares. No altar mor tinha um retábulo dourado com uma imagem de Nossa Senhora, antigamente chamada a Senhora da Silveira ou a Senhora do Pedrogal, por ter sido escondida durante a invasão dos muçulmanos. No local terá nascido um silvado no meio de muitos rochedos, e onde se ergueu mais tarde a capela-mor da sé. O padre cura da sé, Manuel Gomes Simões, descreve com grande pormenor toda a catedral. Na altura, ainda se conservavam na muralha sete portas.

Atendendo ao seu significado histórico, e tal como acontece com a maior parte das catedrais edificadas na época medieval, a sé de Viseu apresenta-se hoje como um edifício que resulta de uma complexa estratigrafia artística, acumulada ao longo do tempo. A construção românica da sé de Viseu desapareceu quase completamente devido às transformações sequentes, logo começadas durante o período gótico. Fruto de sucessivas transformações e ampliações, a igreja é ainda hoje profundamente marcada pela planimetria que a intervenção iniciada no século XIV lhe atribuiu. Desta, conserva-se o corpo da igreja formado por três naves de quatro tramos e transepto saliente, encerrados por um sistema de cobertura já complexo, enformado por cruzarias de ogivas.

Ora, atendendo a esta circunstância, conserva-se uma parcela que se tem considerado da época românica, o portal lateral sul da igreja e que comunica com o claustro entre o segundo e o terceiro tramo. Carlos Alberto Ferreira de Almeida classifica este portal como obra posterior ao século XIII. Ora, não nos podemos esquecer de como os modelos do românico perduraram no tempo longo, nem como durante o período dito gótico se edificou tanto ao

Interior. Claustro. Portal da sala do capítulo e arcossólio com arca tumular





Imagem da Virgem entronizada com o Menino, sobre o portal sul

Cruz de sagração



gosto do românico indiciando um certo atavismo das formas que se assumem, assim, como conservadoras.

Neste portal, a ausência de tímpano é, seguramente, um indicador do seu caráter tardio. Compoem-se de quatro arquivoltas, ligeiramente quebradas, e que se inscrevem a espessura do próprio muro, comprovando a sua profundidade. São enquadradas por empena triangular, o que nobilita o conjunto. Destaca-se o caráter ritmado e erudito da decoração destas arquivoltas onde estreitos toros diédricos são intercalados por quadrifólios estilizados. Estamos diante de um conjunto concebido ao tempo como "arte total" que um arco envolvente encerra e no qual os quadrifólios foram substituídos por meias esferas, que se prolongam sobre os pés direitos do muro. Às arquivoltas correspondem quatro colunas de fuste cilíndrico, apoiadas sobre um muito alto embasamento, o que justifica porque é que estas são relativamente curtas. As bases têm recorte poligonal e sobre elas o plinto surge ornamentado com um motivo de círculos encadeados. Os capitéis, dotados de colarinho, repetem um mesmo motivo. Duas aves, desenhadas com alguma dificuldade pelo capiteleiro, encontram-se no ângulo do capitel, ambas debicando de um mesmo ponto. A falta de naturalismo do gesto e o caráter algo estilizado da sua representação poderão estar na origem da apreciação feita por Reinaldo dos Santos que viu aqui uma obra arcaizante e regional.

Entre o portal e a empena, inscrita em edícula, vemos uma escultura em meio-relevo representando a imagem da Virgem entronizada com o Menino. Atendendo ao tipo de material usado na sua conceção, o granito, e às soluções plásticas, ainda muito hieráticas e pouco naturais, poderemos afirmar que este elemento foi produzido no mesmo contexto. O portal sul da sé de Viseu é, decididamente, um dos mais elaborados conjuntos que se conservam desta cronologia. Contudo, devemos ressalvar que a sua leitura enquanto obra procedente do período românico tem de considerar que o mesmo estava oculto por um retábulo e que o seu apeamento em 1918 terá permitido a sua desobstrução, conduzindo à sua reintegração arquitetónica em 1921 ainda sob a alçada da 3ª Repartição da Direção-Geral de Belas-Artes.

Na ala este do claustro, próximo deste portal rasga-se a porta de acesso à sala capitular e, junto desta, um arcossólio abriga arca tumular. Contudo, estamos já diante de obras claramente góticas, como confirma por um lado o modelo de tumulação aqui presente ou a complexa cobertura da própria sala. No entanto, o formulário ornamental aqui utilizado confirma precisamente como o estaleiro que laborou em Viseu no século XIII estava tão preso aos modelos românicos.

O edifício da sé de Viseu terá sido edificado no século XIII sobre um outro, com origem numa edificação do século XI, ou talvez anterior. Devemos ainda referir as profundas intervenções realizadas no período manuelino e mesmo as posteriores e que lhe conferiram a configuração que tem atualmente. Foi classificada Monumento Nacional em 1910 e integra a Rota das Catedrais.

Texto: MLB/JL - Fotos: JNG

Bibliografia

ALMEIDA, C.A.F., 1986b, p. 111; ALVES, C.F.P., 2009, pp. 44-45; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 668 (de 1382, julho, 25); BOISSELLIER, S., 2012, pp. 168-169; CASTILHO, L.A.M., 2009, pp. 125-143; DGEMN, 1965, pp. 5-37; DSVISEU, pp. 20-23; GEPB, 1935-60, XXXVI, pp. 345-395; GOMES, S.A., 2002, pp. 272 e 281; MARQUES, L.F., 2018, I, pp. 121, 141-143, 145, 149 e 162-196; MEM. PAROQ. 1758 (2010), pp. 688-690; PMH, INQ., 1288-91, p. 563; ROSAS, L.M.C., 1995, II, pp. 381-382; SANTOS, A.P.F. e SARAIVA, A.M.S., 1997-98, pp. 95-104; SANTOS, R., 1955, p. 56; SARAIVA, A.M.S., 2008, pp. 35, 39; SIPA.

Tesouro Museu de Arte Sacra da Sé de Viseu

CRIADO EM 1932, o Tesouro-Museu da Catedral de Viseu ocupa o espaço de exposição localizado no segundo piso, compreendendo o coro-alto e três salas situadas numa das alas do Claustro Superior, entre as quais a Sala do Cabido e duas salas com elementos arquitetónicos do período medieval. A estas áreas de exposição associam-se mais dois espaços, particularmente interessantes do ponto de vista arquitetónico, mas também por constituírem miradouros, a partir dos quais se pode fruir de uma vista panorâmica sobre a cidade de Viseu em diferentes perspetivas, numa abrangência urbana e natural.

O Tesouro da Catedral de Viseu expõe significativas peças de diferentes tipologias de técnicas e materiais (esculturas, pinturas, relicários, paramentos, ourivesaria e mobiliário) e de cronologias diversificadas, internacionalmente reconhecidas.

Fonte: Museu de Arte Sacra - Diocese de Viseu e TESOURO MUSEU DA CATEDRAL - Bens Culturais (diocesedeviseu.pt)

ARCA-RELICÁRIO DA SÉ DE VISEU (INV. Nº 80)

O Tesouro da Sé de Viseu conserva duas arquetas de grande significado material, cultual e cultural. A origem, percurso e função destas peças no interior da catedral são desconhecidos, mas a hipótese de corresponderem às duas *arcas de esmaldo* arroladas no inventário do tesouro da Sé de Viseu, de 1188, não deve ser descurada. O documento, redigido a 3 de outubro desse ano por D. Soeiro Mendes, tesoureiro da catedral, foi transcrito e publicado por Saúl António Gomes, revestindo-se de particular interesse pela sua cronologia recuada e pela quantidade e diversidade de objetos sacros identificados. A fonte integra o registo do *thesauro vetero* e do *thesauro novo*, incluindo este último um número mais alargado de objetos, fruto da política mecenática do bispo D. João Peres (1179-1192), entre os quais a referência a duas arcas de esmalte. Santos salientou o interesse desta fonte pela quantidade de peças esmaltadas que integra, nomeadamente três cruzes, quatro *candeleiros* (candelabros?) e dois *ditagus*, usualmente entendidos como dípticos, para além de vários objetos de prata. Como salientou Gomes, este prelado fez parte de uma geração que se esforçou por valorizar e enriquecer as respetivas dioceses, dotando-as de bens sumptuosos indispensáveis ao serviço litúrgico, capazes de glorificar a Casa de Deus, mas, também, a memória do próprio nome. Importa referir, também, a doação de bens feita por D. Afonso Henriques, em 1183, para ajuda da construção da catedral bem como a dotação de livros e ornamentos para os altares, demonstrando a importância estratégica e territorial que a cidade beirã assumia no quadro do jovem reino. O valor doado destinava-se, também, à iluminação permanente do altar de Santa Maria, o que atesta o sentido devocional da doação e a importância simbólica atribuída à principal peça da Eucaristia, o altar da recriação do sacrifício do Cristo.

Ana Paula Santos, responsável pelo mais recente e completo estudo dedicado a estas duas peças, estranha a não inclusão das duas arquetas no inventário de 1331 da Sé de Viseu. Este foi mandado assentar pelo bispo D. Miguel Vivas, à morte do seu antecessor D. Gonçalo de Figueiredo, em 1328. Nele foram arroladas as alfaias litúrgicas guardadas em duas arcas verdes que se encontravam no tesouro da Sé, mas também outros objetos aparentemente distribuídos por vários lugares do edifício. Não é possível confirmar se as peças inventariadas no século XII desapareceram neste espaço de tempo ou qual a razão para não terem sido listadas as duas caixas de esmalte. Apesar do documento de 1188 indicar apenas "arcas de esmaldo", não permitindo inferir mais nada quanto à técnica ou origem de produção, Rosas recorda, no entanto, a referência a um par de candelabros *de Alimoges* no testamento do bispo do